



## O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA: DAS ORIGENS NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA À HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA.

Leonardo Baptista  
Mestrando em História – UFES

**RESUMO:** Por meio deste trabalho propomos uma breve discussão acerca da trajetória do conceito de cultura política, partindo das suas primeiras formulações na ciência política norte-americana, e enfatizando seus usos, apropriações e reconstruções pela historiografia contemporânea. Neste sentido, buscaremos perceber em que medida o referido instrumento conceitual tem se inserido no contexto dos debates e trabalhos realizados no campo da Nova História Política, atentando para as possibilidades e os limites de sua exploração nas análises históricas dos fenômenos políticos.

**Palavras-chaves:** Cultura Política; História; Nova História Política.

**ABSTRACT:** Through this article we propose a brief discussion about the history of the concept of political culture, starting from the first formulations of north-american political science, and emphasizing its uses, appropriations and reconstructions by contemporary historiography. Thus, we seek to understand how this conception appears in the context of discussions and scientific production in the field of New Political History, paying attention to the possibilities and limits of their exploitation in historical analysis of political phenomena.

**Keywords:** Political Culture ; History; New Political History

### O conceito de cultura política e suas primeiras formulações teóricas

Entre as décadas de 1950 e 1960, a ciência política norte-americana deu os

primeiros passos para uma formulação sistemática do conceito de cultura política. A obra “The civic culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba é concebida pelos especialistas como a referência inicial e obrigatória sobre o tema, mesmo se considerando o possível pioneirismo da abordagem culturalista dos fenômenos políticos em “A democracia na América” de Alexis de Tocqueville, no século XIX (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999; MOTTA, 2009).

As incertezas em torno do futuro das democracias ocidentais e a previsão de sua difusão pelas nações emergentes, no pós-Segunda Guerra Mundial, lançaram os pesquisadores norte-americanos, fundamentalmente, à busca por melhor compreender o desenvolvimento e as condições favoráveis para a consolidação dos sistemas democráticos participativos. É diante dessa preocupação, que emerge o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, ao qual nos referiremos nas próximas linhas.

Preocupados em definir os fatores que possibilitariam a formação de regimes políticos estáveis, aqueles pesquisadores buscaram a construção de um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos políticos. Nessa direção, partiram de um enfoque multidisciplinar que combinou as perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia. Dessa forma, destacaram a importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas respectivas orientações e atitudes políticas, e propuseram um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.227). Diante desses pressupostos é que se formula o conceito de cultura política, elemento central de suas análises.

Segundo Almond e Verba (1963, p.12-13), o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos. Tal concepção se assentava numa noção de cultura incorporada da antropologia, mas de viés psicológico, pela qual ela seria uma “orientação psicológica para objetos sociais”. Por orientações, entendem-se os aspectos interiorizados dos objetos e das relações pelos indivíduos. De acordo com essas premissas, quando falarmos da cultura política de uma nação, estaremos nos

reportando à forma a qual o sistema político é interiorizado e expressado nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações dos membros da sociedade.

A noção de cultura política utilizada por Almond e Verba atribui grande importância ao processo de socialização como lugares de definição do comportamento político dos indivíduos e grupos. Tal fenômeno se daria em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.228).

A construção do conceito de cultura política emerge da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos. Assim, Almond e Verba se lançam ao “estudo da cultura política democrática e as estruturas sociais que a sustentam” (ALMOND; VERBA, 1963, p.1). Suas pesquisas deram forma uma tipologia baseada em diferentes culturas políticas que se originariam das distintas formas de orientação política dos sujeitos e das classes de objetos políticos para as quais elas se destinariam.

A avaliação subjetiva que os indivíduos fazem do sistema político que gere a sociedade poderia ser dividida em três tipos de orientações: 1) *orientação cognitiva*, pautada nas crenças e conhecimentos sobre o sistema político e o papel dos sujeitos em relação no mesmo; 2) *orientação afetiva*, baseada nos sentimentos individuais perante a estrutura política; 3) *orientação valorativa*, referente à apreciação que o indivíduo faz a partir da combinação de elementos cognitivos e afetivos que permitem o julgamento e a emissão de opinião em relação ao sistema político. Em seguida, surgem como fatores de diferenciação das culturas políticas os objetos políticos para os quais aquelas orientações (cognitiva, afetiva, valorativa) se direcionam: o sistema político “geral” e seus elementos constituintes e os papéis dos indivíduos na estrutura política<sup>418</sup>. (ALMOND; VERBA, 1963, p.14).

---

<sup>418</sup> Almond e Verba (1963, p.14-15, tradução nossa) assim definem os objetos políticos: “Ao classificar os objetos da orientação política, começamos com o sistema político ‘geral’. Lidamos aqui com o sistema como um todo e incluem sentimentos como o patriotismo ou a alienação, tais cognições e as avaliações das nações como ‘grandes’ ou ‘pequenas’, ‘forte’ ou ‘fraco’, e da classe política como “democrático,” “constitucional,” ou “socialista.” No outro extremo nós distinguimos orientações ao ‘eu’ como ator político; o conteúdo e a qualidade das normas da política pessoal da obrigação, e o conteúdo e a qualidade do sentido da competência pessoal perante o sistema político. Ao tratar os

Com base nesses elementos classificatórios, Almond e Verba (1963, p.16-18) postularam três tipos principais de cultura política que se desenvolveriam em diferentes sociedades e sistemas políticos. A *cultura política paroquial* ocorreria em sociedades de organização simples, nas quais estão ausentes as instituições políticas especializadas, e há pouca diferenciação entre as esferas política, econômica e religiosa, e se apresenta um baixo nível de participação política. A *cultura política de sujeição* marcaria as sociedades nas quais os indivíduos focalizam suas orientações para as estruturas executivas e administrativas, encarregadas de dar respostas aos anseios individuais e coletivos. Essa seria um modelo típico de estados autoritários, nos quais se observa um alto grau de passividade dos atores sociais perante o sistema político. Por último, a *cultura política participativa* que caracterizaria as sociedades orientadas para os processos políticos de entrada e saída do sistema político, na qual os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos.

Almond e Verba observavam que a cultura política de uma sociedade tinha impacto sobre o funcionamento dos sistemas políticos. Doravante, analisaram as orientações políticas individuais para relacioná-las aos fenômenos da estrutura política. Ademais, almejavam a construção de modelos explicativos para a convergência entre a cultura política e a organização de sistemas políticos estáveis. A questão era verificar que tipos de práticas de socialização são suscetíveis para a produção de culturas políticas congruentes e sistemas políticos estáveis, e que qualidades fundamentais são necessárias para que isso aconteça no desenvolvimento dos regimes democráticos.

A partir desses pressupostos, o objetivo dos autores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não por meio das características de suas instituições e nem das

---

elementos do sistema político distinguimos as primeiras, três classes largas de objetos: (1) papéis ou estruturas específicos, tais como corpos legislativos, executivos, ou burocracias; (2) encarregados das funções, tais como, em particular, monarcas, legisladores, e administradores, e (3) em particular, as políticas públicas, decisões, ou execuções das decisões. Estas estruturas, encarregados, e decisões podem por sua vez ser classificadas amplamente se estão envolvidas no 'político' ou processo de 'input' [entrada], ou no processo administrativo ou de 'output' [saída]. Por 'político' ou processo de entrada referimo-nos ao fluxo de demandas da sociedade para a política e a conversão dessas demandas em políticas oficiais. Algumas estruturas que estão predominantemente envolvidas no processo de entrada são partidos políticos, grupos de interesse, e os meios de uma comunicação. Por processo administrativo ou de saída nos referimos a esse processo pelo qual as políticas oficiais são aplicadas ou executadas. As estruturas predominantes envolvidas neste processo incluiriam burocracias e tribunais”.

condições sociais prevalentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes democracias (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, P.231). Nessa direção, Almond e Verba escolheram como amostra os sistemas democráticos de cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México. Nessa direção, empreenderam uma análise comparativa à luz dos contornos e problemas peculiares de cada nação, através de entrevistas e enquetes, almejando obter a descrição da história de vida política dos indivíduos. No exame dos dados, tratou-se da micropolítica, ou seja, das orientações políticas e comportamentos individuais, mas não para compreendê-los isoladamente, e sim, como integrantes de um sistema social complexo. Dessa forma, tentaram relacionar as atitudes dos atores políticos com a maneira na qual os sistemas políticos operam, expressando a estreita relação entre a cultura política e o funcionamento dos sistemas políticos: ela seria o elo entre as orientações-atitudes políticas individuais (dimensão micropolítica) e as estruturas políticas (dimensão macropolítica) da sociedade.

A partir dos dados coletados e analisados, Almond e Verba (1963, p.20) sustentaram que um maior grau de estabilidade do sistema político ocorreria a partir da congruência entre este e uma cultura política consistente que o sustentasse. Assim, identificavam como padrão máximo desse fenômeno a emergência do que categorizaram como *culturas cívicas*, outro elemento central em suas formulações.

A cultura cívica, segundo Almond e Verba teria aparecido pela primeira vez na Grã-Bretanha já no século XIX (ALMOND; VERBA, 1963, p.5-6), e é identificada à democracia norte-americana de então. Esse modelo cultural seria caracterizado por uma extensão máxima da cultura política participativa, pela qual os cidadãos têm participação ativa, racional, com base nas informações que acumula por meio da experiência política e dos espaços de socialização política (família, trabalho, escola etc.). Combinando elementos modernos e tradicionais do desenvolvimento histórico das sociedades, a cultura cívica demarca uma condição histórica em que a cultura política de participação agregada às instituições democráticas possibilitaria o máximo de estabilidade para o regime democrático e seu pleno desenvolvimento (ALMOND; VERBA, 1963, p.29-30).

## **Das críticas ao modelo proposto por Gabriel Almond e Sidney Verba**

Depois de lançarmos perspectiva sobre alguns dos aspectos mais importantes da construção teórica sobre o conceito de cultura política em “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963), achamos importante, neste momento, apresentarmos uma síntese das principais críticas lançadas ao modelo proposto por seus autores. As apreciações e revisões críticas em torno das elaborações conceituais de Almond e Verba foram importantes para as reformulações e aprofundamentos em torno do tema.

Segundo José Álvaro Moisés (2008, p.16), o primeiro ataque importante que aqueles pesquisadores recebem é direcionado ao possível determinismo cultural que estaria presente em suas formulações. Nessa direção, os críticos apontavam que, buscando explicar a consolidação dos regimes políticos, Almond e Verba afirmariam que tal fenômeno dependeria, em qualquer situação, da existência prévia de valores culturais congruentes com as suas instituições. E mais, que as instituições políticas existiriam e assumiriam suas formas na dependência de uma cultura política que lhe fosse congruente.

No entanto, em relação a esse aspecto, Moisés (2008, p.17), ressalva o trabalho teórico dos norte-americanos, ao afirmar que eles

[...] teriam adotado o suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança.

Almond e Verba também foram criticados por proporem uma análise comparativa que, tomando o modelo da democracia liberal como referência, deixava implícita a ideia de que os sistemas políticos norte-americano e britânico eram ideais, hierarquicamente superiores, e padrão a ser alcançado. Como aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.16) acerca dessa questão,

Ponto de partida: a concepção de que as sociedades ocidentais, sobretudo os EUA, eram democracias sólidas e estáveis, ficando implícita a superioridade de seu modelo em vista das outras opções disponíveis. Como decorrência, tais democracias eram modelos a ser seguidos pelos povos ainda não bafejados pela sorte ou virtude, tratando-se de encontrar explicações para a origem das diferenças e elaborar roteiros seguros para que todos chegassem lá.

Assim, também se enfatizava o caráter etnocêntrico da teoria dos pesquisadores norte-americanos. Isso porque, considerando o contexto de produção da obra, na conjuntura dos conflitos ideológicos da Guerra Fria, evidencia-se na teoria de Almond e Verba seu aspecto ideologizado, no sentido de reforçar as democracias ocidentais frente ao bloco socialista soviético. Para tanto, percebe-se a elevação da cultura cívica democrática, base das sociedades britânica e norte-americana, como um estágio a ser alcançado por qualquer nação no desenvolvimento da sua história política (DUTRA, 2002, p.15-16).

Além desses aspectos, a própria tipologia das culturas políticas, que as enquadrava em três modelos – paroquial, súdita e participante – fora criticada, na medida em que apontava para um roteiro esquematizante e funcionalista, o que soava para muitos estudiosos como uma redução da realidade complexa dos fenômenos políticos. Contudo, Motta (2009, p.17) defende, em termos, Almond e Verba dessa crítica. O historiador brasileiro afirma que apesar de enfatizarem o espaço nacional, preocupando-se com culturas políticas que amalgamariam toda uma sociedade em determinado país, o que indicaria uma visão homogeneizante, eles não seriam tão simplificadores do fenômeno político. Considerando a heterogeneidade do fenômeno das culturas políticas, por exemplo, os pesquisadores norte-americanos teriam apontado para a existência de subculturas políticas<sup>419</sup> em determinadas nações. Assim, no seio de uma cultura política haveria elementos de outras matrizes, gerando a situação na qual diferentes orientações políticas podem subsistir no seio de uma cultura política.

Apesar das críticas e até mesmo das possíveis incompreensões que emergiram do contato com as formulações teóricas de Gabriel Almond e Sidney Verba, o fato é que esses pesquisadores trouxeram significativas contribuições para os estudos do político. Dessa forma, a abordagem dos fenômenos políticos por meio do conceito de cultura política, como propôs pioneiramente os pesquisadores, descortinou um campo privilegiado para a compreensão das relações entre as dimensões micro e

---

<sup>419</sup> Segundo Almond e Verba (1963, p. 27, tradução nossa). “primeiramente, o termo [subcultura política] pode ser usado para se referir aos estratos da população que são, persistentemente, orientados em sentido único para entradas e saídas da política, mas são orientados “allegiantly” para a estrutura política. Assim nos Estados Unidos a esquerda do Partido Democrático e a direita do Partido Republicano aceitam como legítimo as estruturas da política e do governo americanos, mas se diferem persistentemente um do outro sobre uma série de questões de política interna e externa. Nós nos referimos a elas como subculturas políticas”.

macro da política em sociedade, na medida em que tinha como meta, justamente, compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional (ALMOND; VERNA, 1963, p.31-32).

Além disso, é importante destacar que Almond e Verba desenvolveram questões basilares que lançou a análise dos fenômenos políticos para abordagens teóricas e metodológicas que considerassem cada vez mais a influências dos aspectos culturais e subjetivos nos comportamentos políticos dos indivíduos em sociedade. Como bem observou Kuschnir e Carneiro (1999, p.227), “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations” (1963) é referência obrigatória para o debate sobre o conceito de cultura política. Cabe-nos agora, voltarmos atenção para os usos e apropriações realizados pelos historiadores acerca do conceito, assunto que desenvolveremos a seguir.

### **A cultura política e a Nova História Política**

O diálogo entre historiadores e cientistas sociais ao longo do século XX, permitiu a apropriação do conceito cultura política pela História. Isso ocorre entre os anos 1980 e 1990, no contexto de renovação e crescimento dos estudos históricos do político, que originou a chamada “Nova História Política”. René Remond (2003) atestou tal fenômeno historiográfico, que se irradiou dos historiadores franceses para o mundo acadêmico desde a década de 1980, e foi responsável pelo retorno do político como um dos enfoques preferenciais da historiografia contemporânea.

Partindo do entendimento que o fenômeno político está inserido e articulado – até mesmo gerindo, influenciando e sendo influenciado – às outras dimensões da vida coletiva e individual (social, econômico, cultural etc.), a produção da História Política intensifica as relações interdisciplinares. Assim, afirma-se a impossibilidade de se praticá-la de forma isolada. Dessa forma, dos empréstimos tomados de outras disciplinas – conceitos, técnicas de pesquisa, vocabulário – novos objetos e abordagens emergem em torno do político, conferindo-lhe grande fôlego nas pesquisas histórica das últimas décadas (REMOND, 2003, p.29).

Motta (2009, p.13-14) afirma que as mudanças pelas quais passará a História Política decorrem da hegemonia que passou exercer o paradigma culturalista sobre os historiadores nas últimas décadas. Desde então, a compreensão histórica dos

fenômenos políticos buscará nos fatores culturais elementos para sua reflexão, abrindo novas perspectivas de análise. É nessa conjuntura, que o fenômeno da cultura política ganha espaço, atraindo a atenção dos pesquisadores, ao permitir uma abordagem cultural das relações de poder.

Segundo Berstein (1998, p.349), o fenômeno da cultura política emerge como objeto dos historiadores a partir do interesse pela compreensão dos comportamentos políticos. Assim, seria a partir da cultura política, que os pesquisadores poderiam se aproximar às motivações que conduzem o homem a assumir um determinado ato político. Mas o que seria cultura política?

No campo da nova historiografia dos objetos políticos, o desenvolvimento dos estudos sobre culturas políticas tentou se distanciar dos elementos problemáticos das formulações pioneiras de Almond e Verba (1963), que apontamos anteriormente, principalmente do seu caráter etnocêntrico, esquemático e funcionalista. No entanto, o que percebemos é que, junto das novas perspectivas, apropriações e reformulações, também existem aproximações às ideias-chaves desenvolvidas pela ciência política norte-americana. No campo da História, consideramos de grande relevância as reflexões teóricas do historiador francês Serge Berstein sobre o conceito.

Dialogando com Jean-François Sirinelli<sup>420</sup>, Berstein define as culturas políticas como um sistema de representações dotado de normas e valores que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas (DUTRA, 2002, p.24). A cultura política seria um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural. Em torno delas, homens e mulheres se identificam e aderem aos seus símbolos e ritos. E dessa forma, por elas, seus sentimentos e opiniões políticas são mobilizados, assim como suas ações políticas são orientadas, graças às leituras de mundo, de passado, de futuro, e de uma sociedade ideal que a cultura política lhes fornece. Como aponta Berstein (1998, p. 350-351)

A cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir

---

<sup>420</sup> Para Sirinelli (SIRINELLI apud BERSTEIN, 1998, p.350) a cultura política seria “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.

Dentro dessa perspectiva, a cultura política figura como um dos elementos da cultura global de uma sociedade, referindo-se especificamente a sua dimensão política. Assim, seu estudo possibilita aos historiadores uma chave de compreensão

[...] das motivações dos atos dos homens num momento da história, por referência ao sistema de valores, de normas e crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões dos atos políticos que surgem, pelo contrário como epifenômenos (BERSTEIN, 1998, p.363).

Em teoria, a origem de qualquer cultura política nas diferentes realidades históricas está vinculada às necessidades de resposta que os indivíduos buscam formular para os problemas do seu tempo, mas quando bem enraizadas, podem atravessar gerações. Dessa forma, ela resulta da experiência histórica de homens e mulheres. Estes interiorizam os elementos constituintes de uma determinada cultura política por diversos vetores (canais) de socialização, como a família, a educação formal, a igreja, o ambiente trabalho, o serviço militar, a mídia entre outros. Assim, a cultura política emerge de diferentes propostas, que são adquiridas no mundo cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de racionalidades que acabam por serem interiorizados, sensibilizando-o à recepção de ideias, ou à adoção de comportamentos convenientes (BERSTEIN, 1998, p.355-357).

No Brasil, os estudos do pesquisador José Murilo de Carvalho em torno da influência da cultura política brasileira – e das elites em particular – para formação das instituições políticas nacionais e da cidadania, destacam-se pela ancoragem sobre o conceito de cultura política (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.236).

Rodrigo Patto Sá Motta também contribui significativamente para as discussões em

torno do conceito de cultura política no país. No artigo “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” (2009), Motta enfatiza as implicações teórico-metodológicas que decorrem de suas apropriações pela historiografia. Sua definição para o termo em questão alcança elementos formulados pela ciência social norte-americana dos anos 1950 e 1960, mas está profundamente ancorada nas postulações já discutidas de Serge Berstein<sup>421</sup>. Para ele, o historiador precisa verificar que as culturas políticas são fenômenos que só podem existir na média e na longa duração do tempo histórico, haja vista estarem arraigadas à cultura de um grupo (crenças, mitos, tradições, valores etc.), e que assim não há lugar para o efêmero<sup>422</sup>. Além disso, considera que uma cultura política não se constitui de forma isolada. Seus elementos práticos e representacionais são formulados na sua relação com a realidade, e com culturas políticas concorrentes, podendo ser por elas influenciadas, principalmente, quando as mesmas dispõem de características que têm grande aceitação social (2009, p.22).

Outro aspecto da argumentação de Motta (2009, p.23) que nos parece fundamental, diz respeito ao fato de que as culturas políticas não se manifestam exclusivamente pelas representações. Elas ganham vida nas inter-relações entre práticas e representações, na lógica de uma via de mão dupla. A restrição dos estudos de cultura política às representações pode empobrecer a compreensão de um fenômeno baseado numa mútua determinação, e não em oposição<sup>423</sup>.

Em relação aos usos potenciais do conceito de cultura política nas análises históricas dos fenômenos políticos, destacamos que são necessários cuidados teóricos e metodológicos por parte do historiador no sentido de evitar um possível

---

<sup>421</sup> Motta (2009, p.21) postula que por cultura política podemos entender um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. A partir do que vimos fica evidente a influência de Berstein (1998) sobre a perspectiva do referido historiador brasileiro.

<sup>422</sup> Berstein (1998, 355-356) retira do efêmero e do imediato o processo de formação de uma dada cultura política, ao afirmar que as propostas que fundam as culturas políticas demoram a se impor. Normalmente, ousadas e inovadoras, tais respostas necessitariam de um espaço de duas gerações para que de uma nova solução se transformem numa corrente estruturada que origina um conjunto de representações normativas que penetre no espírito dos indivíduos e neles se tornem evidentes.

<sup>423</sup> Segundo Motta (2009, p. 23) “As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade [...] Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que a cegam”.

determinismo cultural. Dessa forma, propor uma compreensão da dimensão política da sociedade por meio de uma perspectiva cultural não deve significar que os elementos culturais possuem um valor explicativo maior ou exclusivo para os fatos políticos, em detrimento das outras esferas da vida. Dessa forma, na busca pelas motivações das ações dos atores políticos, as culturas políticas não devem ser vistas de forma isolada de outros aspectos da realidade (econômicos, políticos, sociais etc.) em que se inserem os indivíduos. Mais do que isso, elas não podem ser exaltadas como o único elemento explicativo e de leitura dos comportamentos dos sujeitos em relação ao político. Como alerta o historiador Serge Berstein (1998, p.349),

Forçoso é verificar que o historiador, aplicando a situações políticas precisas estas grelhas de análise [conceito de cultura política], é levado a concluir que elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, fenômenos complexos de compreender. E se a cultura política responde melhor a sua expectativa é por que ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

### **Considerações finais**

Por meio deste artigo tentamos brevemente discutir alguns aspectos da trajetória do conceito de cultura política a partir de sua formulação inicial na ciência política norte-americana, e da sua apropriação pela historiografia contemporânea, mais basicamente, em relação às discussões e trabalhos realizados no campo da Nova História Política.

Nessa direção, verificamos que, para além dos limites e das críticas apontadas para as formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), não podemos desconsiderar o fato que esses estudiosos fundaram as ideias elementares fundamentais acerca do conceito de cultura política, dando início aos debates teóricos em torno do termo que possibilitarão seus usos, revisões e apropriações no campo da ciência social e política.

Dessa forma, no âmbito História, identificamos alguns aspectos relevantes das apropriações e formulações próprias acerca do conceito por parte dos historiadores contemporâneos. Verificamos, nesse aspecto, que as proposições teóricas pela historiografia apontam novas direções que geram distanciamentos em relação ao conceito chave de Almond e Verba. No entanto, a partir do que verificamos, existem

também diversos pontos de aproximação com as postulações teóricas daqueles estudiosos americanos. Nessa direção, vale destacar a pertinência de uma ideia fundamental para o estudo do político por meio da cultura política: o reconhecimento que, por meio de elementos subjetivos e culturais, podemos compreender os fatores motivadores dos comportamentos políticos.

Acreditamos que a manutenção dos debates em torno dos usos e apropriações do conceito de cultura política entre os historiadores, apresenta-se com bastante pertinência para a historiografia contemporânea. Isso porque é possível verificar uma profusão de trabalhos que se fundamentam nesse arcabouço conceitual nas últimas décadas. Por um lado, observa-se a produção de pesquisas inovadoras sugerindo novos objetos e olhares sobre os fenômenos políticos. Por outro, o uso demasiado também pode incorrer na banalização do instrumental teórico, resultando em distorções e em aplicações inapropriadas, muitas decorrentes, muitas vezes dos impactos dos modismos intelectuais sobre os espaços acadêmicos.

Por final, é importante ressaltar outro risco que nos parece caro aos historiadores. A ênfase numa abordagem culturalista da história, por meio do conceito de cultura política, pode resultar em trabalhos que supervalorizam os aspectos representacionais e subjetivos do comportamento político, relegando a um segundo plano – ou mesmo se ignorando – a influência dos elementos materiais e estruturais da realidade para a construção das relações de poder, e as escolhas, interesses, e posições dos indivíduos e grupos que as constituem. Neste sentido, consideramos oportuno concluir este texto com os questionamentos do historiador *Ciro Flamarion Cardoso* (2012, p.52) sobre as elaborações de *Serge Berstein* acerca da “realidade” das culturas políticas enquanto manifestações do mundo representacional:

Tais formulações desnudam deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade. Em primeiro lugar, partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos *Annales* em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginários coletivos: considerá-los como antônimos da ‘realidade’. Ora, uma representação coletiva, por exemplo, em sua qualidade de representação, existe e é tão real quanto uma cadeira, um campo cultivado ou uma sinfonia, independentemente da discussão de quais sejam as suas relações com outros setores da realidade natural e social. Em segundo lugar, se nos momentos sociais de ‘traumatismo’ grave, ou nos ‘períodos críticos’, a realidade – e nos exemplos dados por *Berstein* fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais do tipo econômico-social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se

precisa ser invocada novamente nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? E não entrará tal fato em contradição com pretensão do autor no sentido de as culturas políticas, encaradas como representações sociais/individuais estruturadas, proporcionarem uma explicação melhor do que as que se baseiam nos aspectos estruturais?

### Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

CARDOSO, Ciro F. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. **Varia História**. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002. p. 13-28.

KUSCHNIR, K. & CARNEIRO, L. P. 1999. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250.

MOISÉS, José Alvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 23 nº 66 fev 2008. p. 11-43

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_(org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-39.

REMOND, René (orgs). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.